



EDITAL DE CREDENCIAMENTO – Nº 02

O Município de João Monlevade-MG, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que será realizada a seleção de pessoas jurídicas, prestadoras de serviços de saúde, em conformidade com o disposto neste CHAMAMENTO PÚBLICO, para fins de **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA**, em conformidade com a Lei nº 8.080/90, no que couber, Lei Federal nº 8.666/93, Portarias GM/MS 1286/93 e 1034/2010, que dispõem sobre a participação complementar das instituições privadas de assistência à saúde no âmbito do SUS e demais normas do Sistema Único de Saúde e princípios gerais da administração pública.

I - OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente o Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de fisioterapia relacionados no ANEXO I, constantes da Tabela Unificada de Procedimentos SUS, conforme rotina adota pela Secretaria, observando os prazos e procedimentos descritos neste edital.

II - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CHAMAMENTO:

2.1 - Qualquer interessado poderá impugnar o presente Edital por eventuais irregularidades, ficando para tanto estabelecido o prazo improrrogável de 03 dias após a sua publicação.

III - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO

3.1 - Somente poderão participar deste credenciamento empresas que desenvolvam atividade compatível com o objeto deste, possuam estrutura física situada dentro do Município de João Monlevade e atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.

3.2 - Atender em estabelecimento próprio, em horário comercial, no mínimo, por 08 (oito) horas diárias durante os dias úteis da semana.

3.3 - Os prestadores de serviços de saúde deverão estar enquadrados como pessoas jurídicas e deverão, obrigatoriamente, ter suas instalações físicas em conformidade com a RDC 50/2002.

3.4 – É vedada a participação de:

3.4.1 - empresas que apresentem entre seus sócios, gerentes, diretores ou responsáveis técnicos quaisquer servidor público do Município de João Monlevade;

3.4.2 – consórcio de empresas;



3.4.3 – as empresas que não estiverem legalmente constituídas e que não comprovarem sua habilitação, conforme disposto neste Edital.

3.5 - Não serão admitidas à participação neste Credenciamento empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público; ou que se subsumem as disposições do art. 9º e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.

IV – DA INSCRIÇÃO

4.1 - Toda documentação deverá ser entregue no período de 09/08/2021 a 16/08/2021 na Divisão de Controle Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 2640, Belmonte, João Monlevade/MG, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h, em dias de expediente.

4.2 - Não serão aceitos protocolos de pedidos de certidões ou de outros documentos exigidos neste edital.

4.3 – Para participar o interessado deverá apresentar os documentos para proposta de habilitação conforme segue abaixo, em ENVELOPE, indicando em sua parte externa:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2021
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA COM CNPJ
ENDEREÇO COMPLETO / TELEFONE PARA CONTATO

4.4 – Não serão considerados os envelopes apresentados após a hora e data convencionadas para o recebimento dos mesmos, bem como as propostas enviadas por correio, fax ou e-mail.

V- HABILITAÇÃO JURÍDICA - FISCAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 - Serão considerados habilitados, os interessados que apresentarem a documentação abaixo especificada, em cópias autenticadas, ou acompanhadas dos originais para autenticação pela Comissão de Avaliação do Credenciamento, nomeada especificamente para este fim.

5.1.1 – Documentação relativa à habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de Empresa Individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Ato constitutivo, Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2 – Documentação relativa à regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de inscrição estadual;
- c) Prova de regularidade com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal;
- Para fins de comprovação da regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser apresentada a Certidão Conjunta Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
 - Para fins de comprovação da regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal deverão ser apresentadas certidões emitidas pelas Secretarias competentes do Estado e Município, respectivamente;
 - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
 - Certidão Negativa de Débitos - CND, para com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

5.1.3 – Documentação relativa à regularidade trabalhista:

- a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (Declaração firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos);
- b) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII–A da consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943. Alteração do artigo 29 da Lei 8666/93, conforme (Lei 12.440 de 07/07/2011).

5.1.4 – Documentação relativa à qualificação técnica:

- a) Alvará de localização e funcionamento vigente;
- b) Licença Sanitária vigente;
- c) Comprovação de inscrição da proponente no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – SCNES;
- d) Certificado de registro da entidade no respectivo órgão de classe, atualizado;
- e) Certificado de entidade filantrópica, quando for o caso;
- f) Registro do Responsável Técnico pelo serviço de fisioterapia no respectivo Conselho Profissional;



- g) Demonstração de quadro de funcionários compatível com sua produção do serviço pertinente ao objeto do credenciamento, indicando o(s) profissional(is) de nível superior responsável(is) pelo serviço;
- h) Comprovação de Registro ou Contrato de Trabalho do quadro de profissionais técnicos (nível superior e médio) vinculado ao estabelecimento, com a devida comprovação de regularidade junto aos órgãos de classes respectivos;
- i) Declaração da interessada, datada e assinada indicando o percentual da capacidade instalada que está destinada a particulares e convênios com terceiros (discriminar convênios) e disponíveis para o SUS;
- j) Relação detalhada e declaração formal de disponibilidade dos equipamentos que serão utilizados na realização das sessões de fisioterapia, citando marca, ano de fabricação e características técnicas, em consonância com todas as exigências da Legislação em vigor;
- k) Declaração de que se propõe a prestar os serviços, concordando com os valores constantes na Tabela Unificada de Procedimentos SUS (ANEXO I).

5.1.5 - Outros:

- a) Declaração dos Sócios ou Diretores de que não ocupam cargo ou função pública no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, tendo em vista a vedação prevista no art.9º da Lei 8.666/93, conforme modelo;
- b) Declaração informando o horário de atendimento da unidade aos usuários do SUS bem como o horário dos profissionais disponibilizado à clientela do SUS, emitido pelo responsável legal, (não esquecendo as pausa e intervalos);

VI – DA PROPOSTA

6.1 – As propostas de credenciamento deverão conter a discriminação detalhada da estrutura física, quadro de pessoal detalhado, responsável técnico, indicação do percentual da capacidade instalada que esta destinada a particulares, aos convênios com terceiros e disponível para o SUS.

6.2 - Os preços ofertados, não poderão exceder os constantes da Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde.

6.3 - A interessada que for inabilitada terá o prazo de 05 dias úteis contados a partir da data de publicação do resultado, para recorrer quanto a sua inabilitação conforme estabelecido no art. 109, I alínea A da lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

VII – DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

7.1 - Será instituída Comissão de Avaliação do Credenciamento, através de Portaria, para avaliação das propostas dos prestadores que se candidatarem ao credenciamento e análise quanto à parte técnica.



7.2 - Análise da documentação no prazo médio 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a contar do primeiro dia útil, imediatamente posterior ao da apresentação da documentação e proposta dos interessados;

7.3 - Serão declarados inabilitados os interessados:

- a) que por qualquer motivo, tenham sido declarados inidôneos ou tenham sido punidos com: suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, com a publicação do ato no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o expediu;
- b) inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao órgão fiscalizador da classe, relativas ao registro profissional, bem como os que possuam qualquer nota desabonadora emitida pelo mesmo;
- c) que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos neste Edital, bem como as que apresentarem documentos vencidos ou que não satisfaçam os requisitos legais..

VIII - DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

8.1 – A interessada deverá possuir a capacidade de realizar os procedimentos, de acordo com o ANEXO I deste edital.

8.2 - A Comissão de Avaliação do Credenciamento avaliará os itens de habilitação e preencherá o termo de autuação de processo, emitindo parecer e encaminhando todo processo devidamente protocolado à Secretária Municipal de Saúde e Prefeito Municipal para visto e deferimento;

8.3 - Após deferimento, o processo de credenciamento será encaminhado à Comissão Permanente de Licitação para elaboração do processo de contratação direta, na forma da Lei 8666/93.

IX - DO VALOR

9.1 - O valor global do credenciamento corresponderá a R\$ **169.611,85** (cento e sessenta mil, seiscentos e onze reais e oitenta e cinco centavos), para o período de vigência do contrato, o qual deverá ser dividido proporcionalmente pelo número de empresas credenciadas, em conformidade com a capacidade operacional para atendimento SUS apresentada pelas mesmas.

9.2 - Os procedimentos de constantes da Tabela Unificada de Procedimentos do SUS serão contratados de acordo com as necessidades do Gestor, capacidade operacional do serviço e parâmetros de cobertura do SUS.

9.3 - A referência de preços utilizada para fins de processamento e acompanhamento é a Tabela Unificada de Procedimentos SUS, a qual poderá sofrer alterações, conforme atualização do Ministério da Saúde, que deverão ser acompanhadas através do sítio: <http://sigtap.datasus.gov.br>.



9.4 - As demandas serão atendidas em parte pela dotação orçamentária 10.302.1003.2158 – elemento despesa 3.3.90.39.00 – ficha 563 – fonte de recurso 1.59.00, constante do exercício de 2021, e por conta dos exercícios subsequentes.

X – ESTIMATIVA DE VALOR

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	PREÇO UNIT. TABELA SUS (R\$)	QTDE ANO	FINANCEIRO VALOR ANO (R\$)
301010048	Consulta de Profissionais de Nivel Superior na Atenção Especializada (Exceto Médico)	6,3	704	4.435,20
302010017	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré/pós cirurgias uroginecológicas	6,35	55	349,25
302010025	Atendimento fisioterapêutico em pacientes c/ disfunções uroginecológicas	4,67	55	256,85
302020012	Atendimento fisioterapêutico de paciente com cuidados paliativos	6,35	55	349,25
302020020	Atendimento fisioterapêutico em paciente oncológico clínico	4,67	55	256,85
302020039	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré e pós cirurgia oncológica	6,35	55	349,25
302030018	Atendimento fisioterapêutico em pacientes com alterações oculomotoras centrais c/ comprometimento sistêmico	6,35	55	349,25
302030026	Atendimento fisioterapêutico em paciente com alterações oculomotoras periféricas	4,67	55	256,85
302040013	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ transtorno respiratório c/ complicações sistêmicas	6,35	330	2.095,50
302040021	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ transtorno respiratório s/ complicações sistêmicas	4,67	330	1.541,10
302040030	Atendimento fisioterapêutico em paciente com transtorno clínico cardiovascular	4,67	55	256,85
302040048	Atendimento fisioterapêutico em paciente pré/pós cirurgia cardiovascular	6,35	80	508,00
302040056	Atendimento fisioterapêutico nas disfunções vasculares periféricas	4,67	70	326,90
302050019	Atendimento fisioterapêutico em pacientes no pré e pós-operatório nas disfunções músculo esqueléticas	6,35	3.650	23.177,50
302050027	Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras	4,67	17.700	82.659,00
302060014	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ distúrbios neuro-cinético-funcionais s/ complicações sistêmicas	4,67	6.015	28.090,05
302060022	Atendimento fisioterapêutico em pacientes c/ distúrbios neuro-cinético-funcionais c/complicações sistêmicas	6,35	2.100	13.335,00
302060030	Atendimento fisioterapêutico nas desordens do desenvolvimento neuro motor	4,67	2.100	9.807,00
302060049	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ comprometimento cognitivo	6,35	55	349,25
302060057	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré/pós-operatório de neurocirurgia	6,35	55	349,25
302070010	Atendimento fisioterapêutico em paciente médio queimado	4,67	55	256,85
302070036	Atendimento fisioterapêutico em paciente com seqüelas por queimaduras (médio e grande queimados)	4,67	55	256,85
Total			28.288	169.611,85



XI – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

11.1 - Realizar todos os procedimentos relacionados no ANEXO I deste edital pelos valores inicialmente ali fixados;

11.2 – Os serviços contratados serão requeridos através de encaminhamento próprio do município em formulário específico do SUS, carimbados e assinados pelo médico do quadro da Secretaria Municipal de Saúde de João Monlevade, conforme protocolos do Ministério da Saúde, acompanhado de guia de autorização do próprio município assinada e carimbada pela coordenação do Serviço de Fisioterapia Municipal (SEFIM),

11.3 - A empresa que executar serviços sem autorização expressa da Secretaria de Saúde não receberá pelos serviços.

11.4 - Se constatado que a CREDENCIADA executou e/ou estiver executando serviços diferentes aos indicados no formulário de requisição de fisioterapia serão aplicadas medidas cabíveis.

11.5 A prestadora deverá dispor de instalações e equipamentos adequados, bem como profissionais legalmente habilitados e capacitados para a realização dos atos a que se propõem no tratamento de fisioterapia.

11.6 As condições estruturais mínimas para o funcionamento dos serviços de fisioterapia devem estar de acordo com a complexidade a que se propõem e aos riscos dos procedimentos observados tanto para o usuário quanto para o aplicador do procedimento.

11.7 O estabelecimento deverá estar de acordo com a Resolução SES Nº 3182 de 23/03/2012 que Aprova o Regulamento Técnico que estabelece condições para a instalação e funcionamento de serviços de fisioterapia no Estado de Minas Gerais.

11.8 Requisitos obrigatórios para o serviço credenciado: salas de mecanoterapia e cinesioterapia (espaldar, barra paralela, prancha de propriocepção, cama elástica, bola, rolo de posicionamento, cunha, halteres e faixas elásticas), aparelho fisioterapêutico de calor profundo e superficial, eletroanalgesia, eletroestimulação, crioterapia, estetoscópio, esfigmomanômetro, espelho, andador, cadeira de rodas, maca, tatame, divisão por boxes e capacidade para ofertar oxigênio suplementar seja em estrutura própria do estabelecimento e/ou bala de oxigênio.

11.9 - Listas dos equipamentos mínimos por especialidade:

- Cardiovascular e pneumofuncional: esteira e/ou bicicleta, shaker, respiron, nebulizador, Epap com máscara adulto e infantil;
- Ortopedia: cadeira de rodas, exercitadores gerais para membros superiores, inferiores e mãos, caneleiras, halteres, bola suíça, barra paralela, espaldar, cama elástica, equipamentos para trabalhar a propriocepção, aparelho de eletroestimulação TENS/FES, Ultrassom, equipamentos para termoterapia;
- Uroginecológico: aparelho de biofeedback, eletroestimulação uroginecológica;



- Neurofuncional: barra paralela, bolha proprioceptiva, bola suíça, caneleiras, halteres, prancha proprioceptiva e exercitadores para mãos;
- Pediatria: brinquedos para estimulação da atenção para ganho da funcionalidade; bola suíça, tatame ou divã;
- Amputados: barra paralela, andador, caneleiras, halteres e eletroestimulação TENS/FES;

11.10 - O paciente e/ou responsável deverá assinar a Guia autorizada no campo de atendimento a cada sessão realizada, não sendo permitida a assinatura antecipada das sessões e o usuário deverá ser informado sobre o procedimento;

11.11 - Somente serão autorizadas 10 (dez) sessões de fisioterapia para cada paciente mês, ou seja, um mesmo paciente terá direito somente a 10 (dez) sessões de fisioterapia por mês, salvo exceções avaliadas e expressamente autorizadas pelo Serviço de Fisioterapia Municipal (SEFIM), as mesmas, deverão ter início em até 7 (sete) dias e prazo máximo de 25 (vinte e cinco) para serem realizadas. Em caso de continuidade de sessões o prazo máximo para ser autorizada a continuidade de tratamento previamente autorizada será de até 32 (trinta e dois) dias da data de autorização da guia de referência.

11.12 – O tratamento deverá seguir os critérios estabelecidos pelos parâmetros assistenciais fisioterapêuticos nas diversas modalidades prestadas previsto na Resolução COFFITO de nº 444 de 26 de abril de 2014.

11.13 – Fica vedado a clínica negativa da prestação do atendimento, conforme ANEXO II.

XII – DAS OBRIGAÇÕES DAS CREDENCIADAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

12.1 - Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS.

12.2 - Apresentar até o 5º dia útil para a Divisão de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria:

- Relatório com as guias de requisição, devidamente autorizadas, com nome do paciente, procedimentos realizados e respectivos valores.
- Os dados digitados gerados nos arquivos de Boletim de Produção Ambulatorial (BPAI).

12.3 - Permitir o acompanhamento e a fiscalização da Contratante ou da comissão designada para tal.

12.4 - Apresentar de imediato documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

12.5 - Exibir em local visível, na fachada principal, placa ou cartaz informando a condição de CREDENCIADA junto ao SUS do Município de João Monlevade.

12.6 - Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.



12.7 - Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.

12.8 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes encaminhados para atendimento.

12.9 - Executar, conforme a melhor técnica, os procedimentos de fisioterapia.

12.10 - As despesas com materiais de consumo necessários a execução dos serviços será de responsabilidade da credenciada;

12.11 - Os equipamentos que se façam necessários ao perfeito e bom desempenho dos serviços deverão ser disponibilizados pela credenciada, sem ônus para a credenciante;

12.12 - Os recursos humanos deverão ser disponibilizados pela contratada conforme critérios para composição de quadro mínimo de profissionais necessários para prestação dos serviços contratados.

12.13 - As despesas decorrentes do contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta da credenciada.

12.14 - A execução dos procedimentos de fisioterapia deverá ser feita através de profissionais especializados, responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência;

12.15 - Os recursos humanos, materiais de consumo, insumos, instrumentais e/ou equipamentos, necessários à execução dos serviços contratados, serão do credenciado, ou seja, sem ônus para o Município de João Monlevade;

12.16 - Os casos em que os equipamentos da contratada estiverem parados para manutenção preventiva ou corretiva, ela ficará responsável pela subcontratação dos serviços, sem ônus para a contratante e sem paralisação dos serviços.

XIII – DAS VEDAÇÕES

13.1 - Executar o objeto deste credenciamento em dependências ou setores próprios do Município.

13.2 - Ter como sócios profissionais pertencentes ao quadro permanente do Município (Lei Federal nº 8.666/93, art. 9º, III).

13.3 - Cobrar do paciente ou do seu acompanhante qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados.

13.4 - Ceder ou transferir para terceiros a realização dos procedimentos constantes na Tabela Unificada de Procedimentos SUS.

13.5 - Alterar as instalações bem como o endereço de atendimento sem consentimento prévio e por escrito do Município de João Monlevade, através da Secretaria Municipal de Saúde.



IXV – FISCALIZAÇÃO

14.1 - O Município reserva-se ao direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo ser feito sem ônus à Secretaria Municipal de Saúde.

14.2 - O CREDENCIANTE poderá descredenciar a CREDENCIADA, em casos de má prestação dos serviços, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

XV - DO PAGAMENTO

15.1 - A CREDENCIADA apresentará mensalmente ao CREDENCIANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados. Após a validação destes, realizadas pelo CREDENCIANTE, a CREDENCIADA receberá, até o 15º (décimo quinto) dia útil, os valores dos serviços produzidos no último mês quitado.

XVI – VIGÊNCIA

16.1 - O contrato formado com as CREDENCIADAS terá vigência de 12 meses, a contar de sua assinatura, conforme previsão contratual.

XVII - DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

17.1 - O interessado que atender todas as exigências deste, com parecer favorável da Comissão de Avaliação do Credenciamento e deferimento do Secretário Municipal de Saúde e Prefeito Municipal, firmará contrato com a Prefeitura Municipal de João Monlevade, Secretaria Municipal de Saúde, dentro dos limites orçamentários e financeiros definido no anexo de procedimentos e minuta de contrato.

17.2 - O limite financeiro de procedimentos previsto neste edital será dividido entre os credenciados, de acordo com a capacidade operacional de cada um, informada pelos mesmos e avaliada pela Comissão de Avaliação do Credenciamento.

XVIII – DOS PRAZOS

18.1 - Os interessados deverão apresentar toda documentação exigida e proposta, até o dia 16/08/2021.

18.2 - A Comissão de Avaliação do Credenciamento terá o prazo médio 05 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil, imediatamente posterior ao da apresentação da documentação e proposta, dos interessados, para análise/julgamento e encaminhamento.



18.3 - Analisada a documentação e verificado o cumprimento das exigências do Edital, para efeito de habilitação, o resultado será publicado no endereço eletrônico www.pmjm.mg.gov.br, será fixado na portaria da Secretaria Municipal de Saúde (Av. Getúlio Vargas, 2640, Belmonte) e na sede administrativa da Prefeitura (rua Geraldo Miranda, nº 337, Carneirinhos)

18.4 - Os interessados que forem inabilitados poderão recorrer do resultado publicado, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de 05 dias úteis contados a partir da data de publicação, para recorrer quanto a sua inabilitação conforme estabelecido no art. 109, I alínea A da lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

18.5 - O recurso deverá ser protocolizado junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo dirigido à Comissão de Avaliação do Credenciamento, instaurada por Portaria.

18.6 - Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.

18.7 - O resultado do recurso será publicado, após 3 dias úteis contados a partir de seu recebimento, e será divulgado por meio no site www.pmjm.mg.gov.br, na Sede da Prefeitura e na Secretaria Municipal de Saúde.

18.8 - Após a divulgação final, o resultado será encaminhado à Comissão Permanente de Licitação que encaminhará no prazo legal, publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade, na forma da Lei 8666/93.

18.9 - O processo será encaminhado pela CPL ao Setor de Licitações e Contratos, para formalização dos contratos e convocação do(s) prestador de serviços para assinatura do instrumento contratual.

18.10 - Os prestadores de serviços terão o prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento da convocação para assinar o contrato.

18.11 - O início da prestação de serviços se dará, quando do efetivo credenciamento ao SUS, ficando este sob a responsabilidade do Serviço de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de João Monlevade.

XIX - DAS PENALIDADES:

19.1 - À CREDENCIADA será aplicada multa pelo CREDENCIANTE, sem prejuízo da faculdade de rescisão e aplicação das demais penalidades, bem como da indenização por eventuais perdas e danos, a serem apuradas na forma da legislação em vigor, pela execução irregular do contrato, ou ainda em caso de descumprimento das cláusulas contratuais e legislação atinente.

19.2 - A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificado à CREDENCIADA.

19.3 - A multa corresponderá a 1/60 (hum sessenta avos) mês, do último faturamento mensal liquidado.



XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - Os anexos são partes integrantes deste:

ANEXO I - TABELA DE PROCEDIMENTOS E PREÇO

ANEXO II - DECLARAÇÃO

ANEXO III - MINUTA CONTRATUAL

20.2 - Os interessados que tiverem dúvidas poderão encaminhá-las para o Serviço de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de João Monlevade pelo e-mail. controlesaude@pmjm.mg.gov.br

João Monlevade, 05 de Agosto de 2021.

Raquel De Souza Paiva Drumond
Secretária Municipal de Saúde

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

**ANEXO I - Portaria nº 3.192, de 24 de dezembro de 2008 – SAS – MS**

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
0301010048	Consulta de Profissionais de Nivel Superior na Atenção Especializada (Exceto Médico)	6,30
0302010017	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré/pós cirurgias uroginecológicas	6,35
0302010025	Atendimento fisioterapêutico em pacientes c/ disfunções uroginecológicas	4,67
0302020012	Atendimento fisioterapêutico de paciente com cuidados paliativos	6,35
0302020020	Atendimento fisioterapêutico em paciente oncológico clínico	4,67
0302020039	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré e pós cirurgia oncológica	6,35
0302030018	Atendimento fisioterapêutico em pacientes com alterações oculomotoras centrais c/ comprometimento sistêmico	6,35
0302030026	Atendimento fisioterapêutico em paciente com alterações oculomotoras periféricas	4,67
0302040013	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ transtorno respiratório c/ complicações sistêmicas	6,35
0302040021	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ transtorno respiratório s/ complicações sistêmicas	4,67
0302040030	Atendimento fisioterapêutico em paciente com transtorno clínico cardiovascular	4,67
0302040048	Atendimento fisioterapêutico em paciente pré/pós cirurgia cardiovascular	6,35
0302040056	Atendimento fisioterapêutico nas disfunções vasculares periféricas	4,67
0302050019	Atendimento fisioterapêutico em pacientes no pré e pós-operatório nas disfunções músculo esqueléticas	6,35
0302050027	Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras	4,67
0302060014	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ distúrbios neuro-cinético- funcionais s/ complicações sistêmicas	4,67
0302060022	Atendimento fisioterapêutico em pacientes c/ distúrbios neuro-cinético-funcionais c/complicações sistêmicas	6,35
0302060030	Atendimento fisioterapêutico nas desordens do desenvolvimento neuro motor	4,67
0302060049	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ comprometimento cognitivo	6,35
0302060057	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré/pós-operatório de neurocirurgia	6,35
0302070010	Atendimento fisioterapêutico em paciente médio queimado	4,67
0302070036	Atendimento fisioterapêutico em paciente com seqüelas por queimaduras (médio e grande queimados)	4,67



ANEXO II

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PREÇO DA TABELA E
COMPROMETIMENTO DE REALIZAÇÃO DE TODOS OS ATENDIMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS
CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL**

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins e sob as penas da Lei, que concordamos em praticar os atendimentos fisioterapêuticos prestados para o município de João Monlevade, com os preços estipulados na **TABELA DE PROCEDIMENTOS E PREÇO** (ANEXO I) do Edital nº. 02/2021 de Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de fisioterapia, comprometendo-nos ainda a realizar todos os atendimentos fisioterapêuticos constantes no mesmo, mediante guia de autorização do próprio município assinada e carimbada pela coordenação do Serviço de Fisioterapia Municipal (SEFIM).

LOCAL/DATA:

ASSINATURA:

NOME/CPF DO DECLARANTE



ANEXO III

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, Nº..... QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/ ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E,, PARA OS FINS QUE MENCIONA, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO Nº/2021, INEXIGIBILIDADE Nº/2021, HOMOLOGADO EM/...../2021.

O Município de João Monlevade, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gestor do Sistema Único de Saúde / Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 18.401.059/0001-57, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Gestor e Secretária Municipal de Saúde, , com domicílio especial na Av. Getúlio Vargas, 2640 – Belmonte - neste Município, portador da Carteira de Identidade n.º, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, e inscrito no CPF sob o n.º, e pelo Prefeito Municipal, Sr. **Laércio José Ribeiro** portador da carteira de identidade n.º e CPF n.º....., no uso das atribuições que lhe são conferidas, e a empresa..... Inscrito no CNPJ n.º....., doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado por, com domicílio especial à Rua,, neste Município, portador da Carteira de Identidade n.º, e inscrito no CPF sob o n.º e CRM....., celebram o presente tendo em vista o disposto na Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; na forma prevista na Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e posteriores alterações, no que couber, na Lei n.º 8.142, de 28/12/90 e Lei 8.080, de 19/09/90, Portarias GM/MS nº 1286/93 e 1034/2010 e demais normas e legislação específica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado dos atendimentos terapêuticos, constantes da Tabela Unificada de Procedimentos SUS, a serem prestados a Secretaria Municipal de Saúde / SUS – João Monlevade, dentro dos limites financeiros fixados neste.

1.1. Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Saúde da Contratante, com vistas ao atendimento da regionalização da saúde, e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

1.2. Mediante termo aditivo, e de acordo com a capacidade operacional do Contratado e as necessidades do Contratante, os contraentes poderão fazer acréscimos ou supressões, em até 25% (vinte e cinco) por



cento nos valores limites deste, durante sua vigência, incluídas as prorrogações, mediante justificativa aprovada pelo Secretário Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2. Os serviços referidos na cláusula primeira, serão executados pela empresa, situado, com Licença Sanitária expedida pela Secretaria Municipal de Saúde / Vigilância em Saúde, sob o nº

2.1. A eventual mudança de endereço do estabelecimento do Contratado e do responsável técnico será imediatamente comunicada ao Contratante, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo o Contratante rever as condições deste contrato e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.

2.2 - Realizar todos os procedimentos relacionados no ANEXO I pelos valores inicialmente ali fixados;

2.3 – Os serviços contratados serão requeridos através de encaminhamento próprio do município em formulário específico do SUS, carimbados e assinados pelo médico do quadro da Secretaria Municipal de Saúde de João Monlevade, conforme protocolos do Ministério da Saúde, acompanhado de guia de autorização do próprio município assinada e carimbada pela coordenação do Serviço de Fisioterapia Municipal (SEFIM),

2.4 - A empresa que executar serviços sem autorização expressa da Secretaria de Saúde não receberá pelos serviços.

2.5 - Se constatado que a CREDENCIADA executou e/ou estiver executando serviços diferentes aos indicados no formulário de requisição de fisioterapia serão aplicadas medidas cabíveis.

2.6 - A prestadora deverá dispor de instalações e equipamentos adequados, bem como profissionais legalmente habilitados e capacitados para a realização dos atos a que se propõem no tratamento de fisioterapia.

2.7 - As condições estruturais mínimas para o funcionamento dos serviços de fisioterapia devem estar de acordo com a complexidade a que se propõem e aos riscos dos procedimentos observados tanto para o usuário quanto para o aplicador do procedimento.

2.8 - O estabelecimento deverá estar de acordo com a Resolução SES Nº 3182 de 23/03/2012 que Aprova o Regulamento Técnico que estabelece condições para a instalação e funcionamento de serviços de fisioterapia no Estado de Minas Gerais.

2.9 - Requisitos obrigatórios para o serviço credenciado: salas de mecanoterapia e cinesioterapia (espaldar, barra paralela, prancha de propriocepção, cama elástica, bola, rolo de posicionamento, cunha, halteres e faixas elásticas), aparelho fisioterapêutico de calor profundo e superficial, eletroanalgesia, eletroestimulação, crioterapia, estetoscópio, esfigmomanômetro, espelho, andador, cadeira de rodas, maca, tatame, divisão por boxes e capacidade para ofertar oxigênio suplementar seja em estrutura própria do estabelecimento e/ou bala de oxigênio.



2.10 - Listas dos equipamentos mínimos por especialidade:

- Cardiovascular e pneumofuncional: esteira e/ou bicicleta, shaker, respiron, nebulizador, Epap com máscara adulto e infantil;
- Ortopedia: cadeira de rodas, exercitadores gerais para membros superiores, inferiores e mãos, caneleiras, halteres, bola suíça, barra paralela, espaldar, cama elástica, equipamentos para trabalhar a propriocepção, aparelho de eletroestimulação TENS/FES, Ultrassom, equipamentos para termoterapia;
- Uroginecológico: aparelho de biofeedback, eletroestimulação uroginecológica;
- Neurofuncional: barra paralela, bolha proprioceptiva, bola suíça, caneleiras, halteres, prancha proprioceptiva e exercitadores para mãos;
- Pediatria: brinquedos para estimulação da atenção para ganho da funcionalidade; bola suíça, tatame ou divã;
- Amputados: barra paralela, andador, caneleiras, halteres e eletroestimulação TENS/FES;

2.11 - O paciente e/ou responsável deverá assinar a Guia autorizada no campo de atendimento a cada sessão realizada, não sendo permitida a assinatura antecipada das sessões e o usuário deverá ser informado sobre o procedimento;

2.12 - Somente serão autorizadas 10 (dez) sessões de fisioterapia para cada paciente mês, ou seja, um mesmo paciente terá direito somente a 10 (dez) sessões de fisioterapia por mês, salvo exceções avaliadas e expressamente autorizadas pelo Serviço de Fisioterapia Municipal (SEFIM), as mesmas, deverão ter início em até 7 (sete) dias e prazo máximo de 25 (vinte e cinco) para serem realizadas. Em caso de continuidade de sessões o prazo máximo para ser autorizada a continuidade de tratamento previamente autorizada será de até 32 (trinta e dois) dias da data de autorização da guia de referência.

2.13 - O tratamento deverá seguir os critérios estabelecidos pelos parâmetros assistenciais fisioterapêuticos nas diversas modalidades prestadas previsto na Resolução COFFITO de nº 444 de 26 de abril de 2014.

2.14 – Fica vedado a clínica negativa da prestação do atendimento autorizados pelo município.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

3. Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento Contratado.

3.1. Para os efeitos deste contrato, consideram-se profissionais do estabelecimento contratado:

- a- O membro do seu corpo clínico e de profissionais;
- b- O profissional que tenha vínculo de emprego com o Contratado;
- c- O profissional autônomo que presta serviços ao contratado, e



d- O profissional que, não estando incluído nas categorias referidas nas letras a, b, e c, é admitido pelo contratado, nas suas instalações para prestar serviço.

3.2. Equipara-se ao profissional autônomo definido nas letras c e d a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividades na área de saúde.

3.3. O Contratado não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato.

3.4 O contratado responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste.

3.5. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercido pelo Contratante sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS.

3.6. É de responsabilidade exclusiva e integral do Contratado, a utilização de pessoal, para execução do objeto deste, inclusive, os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o contratante.

3.7. O contratado fica exonerado da responsabilidade pelo não atendimento do paciente amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento devido pelo poder público, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4. Para cumprimento do objeto, o contratado se obriga a oferecer ao SUS, todo recurso necessário ao seu cumprimento, conforme discriminação abaixo:

4.1 - Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS.

4.2 - Apresentar até o 5º dia útil para a Divisão de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria:

- relatório com as guias de requisição, devidamente autorizadas, com nome do paciente, procedimentos realizados e respectivos valores.
- os dados digitados gerados nos arquivos de Boletim de Produção Ambulatorial (BPAI).

4.3 - Permitir o acompanhamento e a fiscalização da Contratante ou da comissão designada para tal.

4.4 - Apresentar de imediato documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

4.5 - Exibir em local visível, na fachada principal, placa ou cartaz informando a condição de CREDENCIADA junto ao SUS do Município de João Monlevade.



- 4.6 - Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços.
- 4.7 - Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal.
- 4.8 - Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar aos pacientes encaminhados para atendimento.
- 4.9 - Executar, conforme a melhor técnica, os procedimentos de fisioterapia.
- 4.10 - As despesas com materiais de consumo necessários a execução dos serviços será de responsabilidade da credenciada;
- 4.11 - Os equipamentos que se façam necessários ao perfeito e bom desempenho dos serviços deverão ser disponibilizados pela credenciada, sem ônus para a credenciante;
- 4.12 - Os recursos humanos deverão ser disponibilizados pela contratada conforme critérios para composição de quadro mínimo de profissionais necessários para prestação dos serviços contratados.
- 4.13 - As despesas decorrentes do contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta da credenciada.
- 4.14 - A execução dos procedimentos de fisioterapia deverá ser feita através de profissionais especializados, responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência;
- 4.15 - Os recursos humanos, materiais de consumo, insumos, instrumentais e/ou equipamentos, necessários à execução dos serviços contratados, serão do credenciado, ou seja, sem ônus para o Município de João Monlevade;
- 4.16 - Os casos em que os equipamentos da contratada estiverem parados para manutenção preventiva ou corretiva, ela ficará responsável pela subcontratação dos serviços, sem ônus para a contratante e sem paralisação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

5. O contratado é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao Contratado, o direito de regresso.
- 5.1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.
- 5.2. A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos relativos à prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da lei 8078 de 11.09.90, código de defesa do consumidor.



CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

O contratante pagará ao contratado, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de procedimentos efetivamente realizados, de acordo com o valor constante do ANEXO I deste, estimado em R\$ (.....), no período do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das despesas previstas neste contrato ficam vinculados à transferência de recursos do Ministério da Saúde, segundo o que dispões o parágrafo 2º, art. 5º, da portaria 1286, de 26 de outubro de 1993.

7.1. As despesas decorrentes dos serviços realizados por força deste contrato correrão no presente exercício, à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, alocadas na Unidade orçamentária 10.302.1003.2158 – elemento despesa 3.3.90.39.00 – ficha 563 – fonte de recurso 1.59.00.

7.2. O Ministério da Saúde, mediante autorização de pagamento, fatura emitida pelo Sistema SUS, é a unidade orçamentária responsável pelo pagamento dos serviços ora contratados até o montante limite estabelecido neste.

7.3. A autorização de pagamento citada no parágrafo 1º, supre a assinatura do Ministério da Saúde neste, como interveniente – pagador.

7.4. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

7.5. A responsabilidade do Ministério da Saúde, como interveniente – pagador refere-se apenas a esta cláusula e seus parágrafos.

CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

8.1 O CONTRATADO apresentará mensalmente à CONTRATANTE, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente a prestação de serviços faturas e os documentos referentes a serviços efetivamente prestados. Após a validação dos documentos realizada pela CONTRATANTE, o CONTRATADO receberá o valor devido até o último dia útil do mês subsequente, mediante depósito em conta corrente do Contratado.

8.2 A contratada apresentará mensalmente ao contratante até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados. Após a validação destes, realizadas pelo contratante, a contratada receberá, até 5 (cinco) dias úteis após emissão de nota fiscal, com os valores aprovados no Sistema SIA/SUS.

8.3 O contratante, após a revisão dos documentos, os encaminhará ao setor competente para que este efetue o pagamento do valor finalmente apurado, depositando-o na conta do Contratado, até o último dia do mês subsequente à prestação de serviços.



- 8.4 Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue ao Contratado recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do Contratante;
- 8.5 As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados, contendo incorreções, serão devolvidas ao Contratado para correção, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser reapresentada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução.
- 8.6 Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do Contratante, este garantirá ao Contratado o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças apuradas, no pagamento seguinte;
- 8.7 As planilhas e as faturas apresentadas, assim como as ordens de pagamento, especificarão, por itens, os valores devidos ao Contratado;
- 8.8 Caso os pagamentos já tenham sido efetuados, fica a Contratante, autorizada a debitar no mês seguinte o valor pago indevidamente por procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios, mediante prévia ciência do contratado.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇO

9. Os valores estipulados no parágrafo 1º cláusula Primeira, do objeto, serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, garantindo sempre o equilíbrio econômico – financeiro do contrato, nos termos do art. 26 da lei 8080/90 e das normas gerais da Lei federal de licitações e contratos administrativos.

9.1. Os reajustes independerão de termo aditado, sendo necessário anotar no processo administrativo da contratada a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DEZ - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

10. O contratante responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que são destinados.

10.1. A remuneração referente ao objeto deste está condicionada aos valores de tabela SUS, ficando vedada adoção de tabela diferenciada.

10.2. A remuneração referente ao objeto deste está condicionada aos valores de tabela SUS, ficando vedada adoção de tabela diferenciada.

CLÁUSULA ONZE – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

11. A execução do presente contrato será acompanhada e avaliada através dos órgãos competentes do SUS/ João Monlevade, utilizando-se de procedimento de supervisão indireta, ou local, observando o cumprimento de cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento e de quaisquer outros dados de controle e avaliação dos serviços prestados e sob critérios definidos em normatização complementar e ainda em casos específicos, determinar auditoria especializada.



11.1. Anualmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do término deste contrato, se for do interesse das partes a sua prorrogação, o contratante vistoriará as instalações do contratado para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas do contratado, comprovadas por ocasião da assinatura deste contrato.

11.2. Qualquer alteração ou modificação, que importe em diminuição da capacidade operativa do contratado pode ensejar a não prorrogação deste ou a revisão das condições ora estipuladas.

11.3. A fiscalização exercida pelo contratante sobre os serviços ora contratados não eximirá o contratado de sua responsabilidade perante o contratante ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

11.4. O contratado facilitará ao Contratante o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos funcionários do contratante, designados para este fim.

11.5. Em qualquer hipótese é assegurado ao Contratado amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DOZE – DAS PENALIDADES

12. O Contratado ficará sujeito às sanções administrativas previstas nos art. 86 e 87, da Lei 8666/93 e às penalidades previstas nos art. 98, 99, 100 e 102 da Lei 9.044 de 25/11/87, de acordo com o especificado abaixo, facultado ao Contratado, ampla defesa nos termos do art. 109 inciso I, letra F e 103 respectivamente das Leis 8666/93 e 9.444/87.

- a). Advertência escrita;
- b). Multa diária de 1/60 do valor mensal do contrato;
- c). Suspensão temporária dos encaminhamentos de usuários SUS aos procedimentos;
- d). Rescisão contratual;
- e). Suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal;
- f). Declaração de inidoneidade.

12.1. A imposição das penalidades prevista nesta cláusula, e dos termos do que dispuser a Regulamentação Municipal, dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetivas em que ocorreu.

12.2. A cobrança de multa será feita mediante compensação nos créditos, porventura existentes em favor do Contratado.

12.3. Se a multa aplicada for superior ao valor do crédito mencionado no parágrafo anterior a diferença poderá ser compensada em créditos posteriores ou cobrados judicialmente, conforme o caso.

12.4. Na aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a” a “f”, o contratado poderá interpor recurso administrativo, dirigido à autoridade competente, no prazo de 3 (três) dias.



CLÁUSULA TREZE – DA RESCISÃO

13. Constituem motivos para rescisão do presente, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a Licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato.

13.1. O contratado reconhece, desde já, os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista na lei 8666/93.

13.2. Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o Contratado negligenciar a prestação de serviços ora contratados, a multa cabível poderá ser duplicada.

13.3. O presente contrato rescinde todos os demais contratos e convênios anteriormente celebrados entre a contratante e o contratado, que tenham a mesma finalidade dos serviços ora contratados, conforme cláusula primeira, objeto deste.

13.4. As partes têm direito de denúncia deste, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, ficando o Contratado responsável pelos procedimentos já autorizados, até a efetivação da rescisão.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

14. Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão praticados pelo Contratante, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

14.1. Da decisão do Contratante que rescindir o presente contrato cabe, inicialmente pedido de reconsideração, no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

14.2. Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo 1º o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá ao recebê-lo atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante razões de interesse público.

CLÁUSULA QUINZE – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

15. A vigência do presente termo será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, estando adstrita à vigência do crédito orçamentário, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da lei 8666/93.

15.1. A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

15.2. O termo de prorrogação contratual será acompanhado do termo de vistoria, conforme disposto no item 11.1 da cláusula onze, e farão parte integrante deste.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS ALTERAÇÕES

16. Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, 8666/93.



CLÁUSULA DEZESSETE – DA PUBLICAÇÃO

17. O presente termo e quaisquer atos dele decorrente serão publicados por extrato, no Diário oficial do Estado de Minas Gerais, ficando a cargo e responsabilidade da Contratante promover tal ato.

17.1. A publicação não autoriza o Contratado a iniciar as atividades dos serviços contratados, enquanto não ocorrer a expressa notificação pela Contratante de que poderá dar início às mesmas.

CLÁUSULA DEZOITO – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de João Monlevade, para dirimir dúvidas suscitadas na execução deste, que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde, e para definir responsabilidades e sanções em caso de inadimplência das partes.

E, por estarem justos e contratados, de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firma-se este instrumento em três vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme pelas partes na presença das testemunhas abaixo vai por elas assinado.

João Monlevade, de xx de xxxxxxxx de xxxx.

Raquel de Souza Paiva Drumiond SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Contratante	Laércio José Ribeiro PREFEITO MUNICIPAL Contratante
---	--

.....
Contratado

Testemunhas: 1) CPF ou CI

2) CPF ou CI

**ANEXO I - Portaria nº 3.192, de 24 de dezembro de 2008 – SAS - MS**

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
0301010048	Consulta de Profissionais de Nivel Superior na Atenção Especializada (Exceto Médico)	6,30
0302010017	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré/pós cirurgias uroginecológicas	6,35
0302010025	Atendimento fisioterapêutico em pacientes c/ disfunções uroginecológicas	4,67
0302020012	Atendimento fisioterapêutico de paciente com cuidados paliativos	6,35
0302020020	Atendimento fisioterapêutico em paciente oncológico clínico	4,67
0302020039	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré e pós cirurgia oncológica	6,35
0302030018	Atendimento fisioterapêutico em pacientes com alterações oculomotoras centrais c/ comprometimento sistêmico	6,35
0302030026	Atendimento fisioterapêutico em paciente com alterações oculomotoras periféricas	4,67
0302040013	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ transtorno respiratório c/ complicações sistêmicas	6,35
0302040021	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ transtorno respiratório s/ complicações sistêmicas	4,67
0302040030	Atendimento fisioterapêutico em paciente com transtorno clínico cardiovascular	4,67
0302040048	Atendimento fisioterapêutico em paciente pré/pós cirurgia cardiovascular	6,35
0302040056	Atendimento fisioterapêutico nas disfunções vasculares periféricas	4,67
0302050019	Atendimento fisioterapêutico em pacientes no pré e pós-operatório nas disfunções músculo esqueléticas	6,35
0302050027	Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras	4,67
0302060014	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ distúrbios neuro-cinético- funcionais s/ complicações sistêmicas	4,67
0302060022	Atendimento fisioterapêutico em pacientes c/ distúrbios neuro-cinético-funcionais c/complicações sistêmicas	6,35
0302060030	Atendimento fisioterapêutico nas desordens do desenvolvimento neuro motor	4,67
0302060049	Atendimento fisioterapêutico em paciente c/ comprometimento cognitivo	6,35
0302060057	Atendimento fisioterapêutico em paciente no pré/pós-operatório de neurocirurgia	6,35
0302070010	Atendimento fisioterapêutico em paciente médio queimado	4,67
0302070036	Atendimento fisioterapêutico em paciente com seqüelas por queimaduras (médio e grande queimados)	4,67